A 'ORIENTAÇÃO PELO EVANGELHO' E A CONSOLIDAÇÃO DO ESPIRITISMO NO BRASIL (1860-1940)

Ana Lorym Soares
Doutoranda em História Social - UFRJ

RESUMO: Este artigo analisa o processo de introdução e consolidação do espiritismo no Brasil entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX. O objetivo é examinar a relação estabelecida entre o espiritismo e seus contestadores, entre os quais se pode destacar a igreja católica e instituições jurídicas, médicas e sanitárias brasileiras, de modo a evidenciar as táticas utilizadas para sair de uma situação de contestação e alçar-se a um patamar aceito entre as várias opções religiosas do Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Espiritismo; Federação Espírita Brasileira; Identidade religiosa.

ABSTRACT: This article analyzes the introduction and consolidation of spiritualism in Brazil between the second half of the nineteenth century and the first half of the twentieth century. The aim is to examine the relationship between spiritualism and its critics, among which we can highlight the Catholic church, medical institutions and legal institutions, focusing on the tactics used to get out of a situation of contest and raise itself to a level accepted among the various religious in Brazil.

KEYWORDS: Spiritualism; Brazilian Spiritist Federation; Religious identity.

Introdução

> Nesta Capital publicou-se um pequeno livro com o título – Filosofia Espiritualista - o Espiritismo – cujas perniciosas doutrinas, contra toda a expectação, têm tomado incremento, pondo-se em prática certas superstições perigosas e reprovadas, que estão no domínio público, e no interesse da vossa salvação, amados Filhos, Nós julgamos conveniente dirigir-vos esta Carta Pastoral, para prevenir-vos contra os principais erros que contém esse pequeno livro, e contra as superstições, que as doutrinas nele contidas se estão praticando, como se nos tem informado, e do que já não é possível duvidar (SILVA, 2005: 85-86).

A citação acima integra uma Carta Pastoral subintitulada *Premunindo os seus Diocesanos contra os erros perniciosos do Spiritismo*, lançada em 25 de julho de 1867, pelo Arcebispo da Bahia e Primaz do Brasil, D. Manoel Joaquim da Silveira. A Carta foi escrita sob o influxo da difusão do espiritismo em terras baianas, especialmente, a partir da

publicação do livro *Philosofia Spiritualista. O Spiritismo. Introdução ao studo d'a Doutrina Spirita* (SILVA, 2005, p. 85), de autoria de Luís Olímpio Teles de Menezes, professor e jornalista baiano, fundador do primeiro jornal e centro espíritas no Brasil, respectivamente, *O Eco d'Além Túmulo*, de 1869 e o Grupo Familiar de Espiritismo, de 1865, ambos criados em Salvador, Bahia[1].

O opúsculo fora extraído e traduzido de *O livro dos espíritos*, de Allan Kardec,[2] e acrescentado de alguns textos elaborados pelo próprio Teles de Menezes. A publicação acabou por colocar o Espiritismo ao alcance de um público muito maior que não lia em francês, fato que provocou a imediata reação da Igreja Católica na Bahia. Além do fato de a Igreja está passando, naquele momento, por um projeto de reforma de orientação ultramontana e antiliberal, a Igreja tinha um motivo especial para se preocupar com a propagação da nova doutrina em terras brasileiras, porque, muito embora as práticas mediúnicas – ou fenômenos de comunicação com espíritos –, já fizessem parte da cultura religiosa do país,[3] era a primeira vez que elas interessavam, de forma significativa, aos setores das camadas médias e letradas. Anteriormente, as práticas mediúnicas eram consideradas "coisa de negro" e não chegavam a despertar, de modo tão enfático, uma reação por parte da Igreja.

A Carta Pastoral de D. Manoel Joaquim da Silveira não ficou sem resposta. Passados alguns meses da publicação da Pastoral, Luiz Olímpio Teles de Menezes lança uma carta-resposta de 120 páginas denominada *O Spiritismo. Carta ao Exmo. E Revmo Sr. Arcebispo d'A Bahia D. Manoel Joaquim d'a Silveira*. Esgotada de imediato a primeira tiragem de 100 exemplares, logo se editou a segunda, o que pode sugerir que o debate entre o jornalista espírita e o Arcebispo não passou despercebida. Contudo, a resposta não se constitui em refutação ou defesa apaixonada da doutrina dos espíritos ante à apreciação negativa do Primaz do Brasil. Como se pode verificar, Teles de Menezes afirma que "O Espiritismo e o catolicismo são a mesma Igreja de nosso Senhor Jesus Cristo; somente estão mudados os tempos e as palavras: o espiritismo é o tradutor fiel, pelos enviados de Deus, das doutrinas do Evangelho."(SILVA, 2005: 86). E conclui que:

[1] Consta ainda nos registros biográficos de Teles de Menezes que tenha sido membro do Instituto Histórico Baiano e funcionário público, atuando na Assembleia Legislativa e na Biblioteca Pública da Bahia e autodidata em inglês, francês, castelhano e latim. Também teria editado, na capital baiana, os periódicos *Diário da Bahia*, *Jornal da Bahia*, *A Época Literária* e o romance *Os dois Rivais*.

[2] Allan Kardec, segundo os espíritas, organizou informações passadas pelos espíritos a fim de codificar a Doutrina Espírita, sendo por isso, considerado o principal nome do Espiritismo.

[3] Para o antropólogo Roberto Damatta, no Brasil, lida-se de forma muito particular com a morte e os mortos. Concebe-se com muita facilidade a comunicação entre vivos e mortos a partir de aparições de pessoas que já morreram. Essa relação com a morte – enquanto complementação e continuidade da vida – constituiria, entre outras, a identidade religiosa e cultural do Brasil (DAMATTA, 1997).

> (...) as reflexões que nos foram sugeridas pela leitura atenta da Pastoral, que acerca do espiritismo foi por V Exma. enviada a seus diocesanos e certo como estamos do sentimento de alta benevolência, que caracteriza a Respeitável Pessoa de V. Exma. haja de, benignamente, desculpar-nos os termos, por tanto tempo, ocupado sua preciosa atenção; e tanto mais convictos estamos de encontrar benévolo acolhimento, quanto é grandioso o assunto, que faz o objeto da presente carta; e, ainda com toda reverência, pedimos também se digne V. Exma. de lançar sua atenção sobre nós, humilde ovelha do rebanho de nosso Senhor Jesus Cristo: e com toda a obediência beija a mão de Vossa Excelência Reverendíssima, como Fiel e Reverente Súdito (SILVA, 2005: 86-87).

A solução encontrada por Teles de Menezes ao responder ao documento de desaprovação da Igreja em relação ao recém-chegado Espiritismo suscita algumas questões, a saber: por qual motivo o escritor baiano teria assumido uma postura reverente em relação à Carta Pastoral de 1967? Até que ponto essa postura pode ser indicativa da relação entre Espiritismo e Igreja Católica no Brasil nesse momento? Além da contradição da Igreja Católica, quais teriam sido as demais barreiras para o desenvolvimento do Espiritismo no Brasil? De que modo os espíritas atuaram nessa arena tensa de embates, tendo em vista o estabelecimento do seu credo entre as várias opções religiosas no Brasil? E, por fim, é possível asseverar que a postura de reverência – ou não combate – assumida por Telles de Menezes em relação à Igreja Católica indica a postura geral dos espíritas brasileiros no contexto em estudo?

Com o escopo de refletir sobre as questões acima elencadas, este trabalho analisa o processo de inserção e consolidação do Espiritismo no Brasil entre as décadas 1860 e 1940, respectivamente, data da formação dos primeiros grupos espíritas no país e momento em que o Espiritismo passa a ser aceito como prática religiosa referendada pelo Estado. Este trabalho focaliza a relação estabelecida entre o Espiritismo e seus contestadores, entre os quais se pode destacar a Igreja Católica e instituições jurídicas, médicas e sanitárias, no sentido de identificar os embates travados entre espíritas e instâncias diferenciadas da sociedade brasileira, bem como as táticas[4] assumidas pelos defensores da doutrina dos espíritos a fim de se estabelecer e se consolidar como mais uma opção no campo religioso[5] brasileiro em expansão.

[4] Entendem-se por *táticas* o mover-se de um grupo em relação ao outro que, por estar em posição de dominação, criam *estratégias* a partir de um espaço próprio e reconhecidamente seu. Nesse sentido, os espíritas brasileiros, especialmente aqueles organizados em torno da FEB usaram *táticas* diversas para se insinuarem dentro um lugar dominado pelo discurso católico que coibia as demais formas religiosas que buscavam se estabelecer no país entre o final do século XIX e início do século XX (CERTEAU, 1994: 91-106).

[5] *Campo religioso* está sendo compreendido neste trabalho como uma arena de embates na qual se objetiva a primazia na definição não só do que é religioso, mas também das diferentes formas de desempenhar este papel. Em outras palavras, nesse espaço - que é antes simbólico do que geográfico ou físico -, disputa-se a legitimidade de delimitar uma alçada (BOURDIEU, 2004, p. 119-125 e BOURDIEU, 2009: 27-78).

Da França para o Brasil: a aclimatação do espiritismo em terras brasileiras

O termo aclimatação – originário do contexto das ciências naturais ou biológicas e que designa o processo de ajustamento de um organismo a mudanças ocorridas em seu habitat – é frequentemente empregado nas ciências humanas e sociais, no sentido de adaptação ou acomodação de ideias em um novo contexto sociocultural. Por esse viés, Roberto Schwarz registra que um conjunto de ideias associadas ao liberalismo e modernismo da Europa figurariam, no contexto brasileiro de fins do século XIX, como ideias fora do lugar, em relação ao seu uso europeu (SCHWARZ, 2000: 30).

Sem concordar na totalidade com Schwarz, mas por considerar pertinente sua observação acerca das mudanças ocorridas nas ideologias burguesas quando de seu deslocamento da Europa para o Brasil, propõem-se, neste tópico acompanhar a acomodação das ideias espíritas em terras brasileiras. Ainda na esteira do pensamento do autor de *Ao vencedor as batatas*, pode-se registrar que o Espiritismo chega ao Brasil, em meio ao outros tantos "ismos" – darwinismo, evolucionismo, positivismo etc. – nos vapores que traziam, com frequência, livros, periódicos e imigrantes europeus. Mais especificamente, na bagagem de franceses que aportam na Corte no início da segunda metade do século XIX. Exemplo disso é que a primeira obra de divulgação espírita publicada no Brasil, *Les temps sont arrivés*, de 1860, é de autoria do francês Casimir Lieutaud, diretor do colégio francês do Rio de Janeiro (AUBRÉE e LAPLANTINE, 2009: 143).

O Espiritismo surge na França em meados do século XIX quando o pedagogo lionês Hippolite Leon Denizard Rivail, mais conhecido pelo pseudônimo Allan Kardec, compilou um conjunto de livros cujo conteúdo resultava, segundo se acredita no Espiritismo, de informações passadas através de meio mediúnico por espíritos de homens que teriam vivido na Terra. O primeiro livro apresentado ao público foi *O Livro dos Espíritos*, publicado em 1857[6] e que expunha os princípios da nova doutrina: imortalidade da alma, comunicabilidade entre os vivos e os mortos e a reencarnação dos espíritos. Além disso, o Espiritismo preconiza-se como uma doutrina de tríplice aspecto: científico, filosófico e religioso.

O fato de o Espiritismo ser uma doutrina científico-religiosa importada da França funciona, de início, como atrativo para letrados das camadas médias de várias cidades do Brasil. Contudo, esse elemento por si só não explica o sucesso e o crescimento durante as últimas décadas do século XIX, do número de adeptos da doutrina codificada por Allan

[6] A ordem de publicação do pentateuco kardeciano foi: O Livro dos Espíritos (1857), O Livro dos Médiuns (1861), O Evangelho Segundo o Espiritismo (1864), O Céu e o Inferno (1865) e A Gênese (1868), além deles Kardec publicou a Revista Espírita (1958-1869), O Que é o Espiritismo (1859), Obras Póstumas (1890), entre outros.

Kardec. Há que se considerar nessa contabilidade a relação tecida entre Espiritismo e ideias republicanas e abolicionistas. Embora essa relação não fosse automática, a crença espírita em um liberalismo e igualitarismo, acabava reforçando entre seus entusiastas a simpatia por aqueles ideais (VALLE, 2010).

Emerson Giumbelli aponta que quando o Espiritismo em sua versão francesa é introduzido no Brasil, a intelectualidade brasileira estaria dominada por três vertentes principais de ideias:

> Uma 'cientificista', fascinada com a leitura de manuais de positivismo, evolucionismo e darwinismo social; outra 'liberal', associada ao princípio de liberdade humana e das bandeiras políticas do republicanismo e do abolicionismo; e outra 'conservadora', dominada fundamentalmente pelo pensamento católico (GIUMBELLI, 1997: 60).

É interessante perceber que adeptos do Espiritismo estabeleceram relações com personagens e saberes associados a cada uma dessas vertentes. Os espíritas se contrapunham, até certo ponto, às doutrinas e instituições católicas, utilizando-se, como meio para isso, a imprensa; também passam a dialogar com a 'ciência' dos modernos esculápios, especialmente no que tange à prática da homeopatia e ao atendimento aos necessitados; e como os maçons, os espíritas se identificam com as causas republicanas e abolicionistas. A esse respeito é importante frisar que reconhecidos líderes espíritas, como Silva Neto e Bezerra de Menezes expressaram suas ideias em escritos abolicionistas e vários outros colaboraram com clubes dessa designação. O ideal republicano também contava com o apoio de inúmeros seguidores de Allan Kardec, a saber: Joaquim Travassos, Bittencourt Sampaio e Silva Neto – os dois últimos, inclusive, foram signatários do Manifesto Republicano de 1870 (GIUMBELLI, 2007: 61).

Também é conveniente contabilizar entre os motivos que possibilitaram o Espiritismo ter um número crescente de adeptos a partir da década de 1870, os desdobramentos da chamada Questão Religiosa, que ocorreu entre 1872 e 1875. A Questão Religiosa emerge quando o Bispo de Olinda, D. Vital, seguido, pelo Bispo do Pará, D. Macedo Costa, decidem aplicar a doutrina do ultramontanismo,[7] que em linhas gerais, postulava a infalibilidade do papa e combatia ideias e instituições que defendiam a secularização e o anticlericalismo. Esse era o caso, por exemplo, da Maçonaria, pivô da referida querela (BARROS, 1994).

Com a Questão Religiosa as fissuras no relacionamento entre Igreja e Estado foram explicitadas de tal modo que intensificou, em muitos, o desejo pela abertura de canais de

[7] Tanto a bula papal *Syllabus* (1864) quanto o *Concílio Vaticano I* (1869-1870) consagraram a doutrina do ultramantonismo, defendida pelo papa Pio IX.

expressão independentes e próprios a cada esfera. E pouco a pouco o padroado ia sendo desmontado: o decreto de 19 de abril de 1879 sobre o ensino livre dispensou do juramento de fidelidade ao catolicismo – ou a qualquer credo – os funcionários públicos das escolas primárias e secundárias; a reforma eleitoral instituída pela Lei Saraiva, de 9 de janeiro de 1881, autorizou que se tornassem elegíveis pessoas de qualquer religião (BARROS, 1994).

No que diz respeito ao campo mais propriamente religioso, a introdução e aceitação do Espiritismo no Brasil serve, também, para indicar a existência, a partir daquele momento, de um movimento mais amplo de pluralização e fragmentação confessionais, de que fazem parte outras doutrinas e sistemas religiosos. Cabe destacar nesse contexto, a presença de confissões protestantes históricas, que embora já houvesse se estabelecido no Brasil há algum tempo,[8] somente na década de 1870 passam a transpor o limite do foro íntimo e instituir publicamente seus templos – como é o caso da Igreja Presbiteriana criada em 1875, em estilo de templo neogótico, na capital do Império.

Os adeptos do Espiritismo, em número cada vez mais crescente[9] a partir da década de 1870, começam a se reunirem prioritariamente em grupos de estudos e práticas espíritas, dos quais muitos possuíam seu próprio periódico. Faziam parte desses grupos médicos, advogados, políticos, engenheiros, funcionários públicos, militares e autônomos. Na capital do Império, por exemplo, foi organizado em 1873, a Sociedade de Estudos Espíritas – Grupo Confúcio, responsável pela tradução integral de quatro das cinco obras básicas de Allan Kardec, que foram editadas pela Editora Garnier entre 1875 e 1876.[10] Nesse período edita-se também, a *Revista Espírita*, publicação mensal de estudos psicológicos.

Em 1876 cria-se a Sociedade de Estudos Espíritas Deus, Cristo e Caridade, logo transformada em Sociedade Acadêmica Deus, Cristo e Caridade. Esta instituição edita durante a década de 1880 um jornal e traduz obras de Kardec. Já em 1880, surge também, no Rio de Janeiro, a Sociedade Espírita Fraternidade, que no ano seguinte transforma-se em Grupo Espírita Humildade e Fraternidade, que compartilhava vários de seus membros com o Grupo de Estudos Evangélicos, fundado da mesma forma, em 1880. Desta última agremiação, conhecida posteriormente como Grupo dos Humildes ou Grupo Ismael, sairá a base da futura Federação Espírita Brasileira (AUBRÉE e LAPLANTINE, 2009: 62).

[8] Segue o ano de fundação de algumas igrejas protestantes no Brasil: Igreja Evangélica Congregacional, 1855; Igreja Presbiteriana do Brasil, 1859; Igreja Metodista, 1867; Igreja Cristã Evangélica, 1879; Convenção Batista Brasileira, 1882; Igreja Adventista do Sétimo Dia, 1894 (GIUMBELLI, 1997: 61).
[9] A Sociedade de Estudos Espíritas Deus, Cristo e Caridade, criada em 1876 na cidade do Rio de Janeiro, já contava, nessa data com cerca de 800 membros (AUBRÉE e LAPLANTINE, 2009: 144).
[10] Foram traduzidos *O livro dos espíritos*, *O livros dos médiuns*, *O céu e inferno* e *O evangelho segundo o Espiritismo*.

Em torno ou ao lado desses grupos propagaram-se outros tantos: uns de natureza pública, outros de caráter mais privado, totalizando em 1889, 35 grupos atuantes apenas no Rio de Janeiro (GIUMBELLI, 2009: 62). Era bastante comum encontrar as mesmas pessoas participando de mais de uma agremiação espírita, bem como, sua transferência para outras instituições, na medida em que as primeiras se extinguiam.

É possível considerar que esse trânsito põe em relevo uma situação conflituosa na qual divergiam os ditos místicos, de um lado, e os cientistas, de outro, na arena espírita das décadas 1870 e 1880. O ponto central de discórdia era a orientação que a doutrina espírita teria no Brasil: uns defendiam a ênfase nos estudos científico-filosóficos, seguindo a veia mais forte da matriz francesa; outros reivindicavam a preponderância do fator religioso sobre os demais. Estes, na maior parte oriundos da religião católica, passaram a pregar a ação caritativa como foco principal da prática espírita, inserindo, aos poucos, elementos da tradição cristã católica à Doutrina Espírita.

Ernest Cassirer, filósofo que se preocupou com a construção simbólica da realidade, expõe que entre as formas simbólicas que operam a objetivação do real – ciência, arte, religião, mito etc. – há uma disputa constante, cujo intuito maior de cada uma dessas esferas é sobrepor-se frente às demais. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que a ciência, por exemplo, busca produzir suas próprias configurações simbólicas, ela o faz tendo em vista sua afirmação e imposição sobre as outras formas de objetivação da realidade. A religião, por outro lado, também, atuaria de modo semelhante, ao arrogar para si uma validez absoluta ao que concerne ao entendimento e explicação do real (CASSIRER, 2001: 19-25).

Assim, as proposições de Cassirer podem ser úteis para o entendimento acerca do conflito travado entre a vertente científico-filosófica e a religiosa no campo espírita brasileiro, no qual se disputa a primazia na constituição da identidade espírita em terras brasileiras. Ao nascer na França, o Espiritismo procura aproximar a esfera religiosa da explicação científica, mais especificamente, a partir dos estudos dos fenômenos que serviram de base à compilação da doutrina por Allan Kardec: a sobrevivência do espírito após a morte e comunicação entre o "mundo espiritual" e a Terra. Contudo, a aproximação dessas duas esferas não ocorre de forma harmônica nem mesmo no âmbito espírita. Antes disso, o dissenso entre os "cientistas" e os "místicos" expõe de maneira evidente o processo tenso de acomodação do Espiritismo em seu molde francês no Brasil. Após a criação e a extinção de grupos mais inclinados aos estudos científicos. A vertente religiosa acaba ganhando mais espaço, o que vai ser observado, sobretudo, após a criação da Federação Espírita Brasileira, em 1884.

Do mesmo modo, as orientações do filósofo alemão possibilitam a compreensão da altercação travada entre espíritas e representantes de instâncias diversas da sociedade na conjuntura de formação e consolidação de uma identidade religiosa no país. Entre essas instâncias podem ser citadas instituições judiciais, sanitárias, médicas, além da própria instituição católica.

O processo de consolidação do Espiritismo no Brasil: a FEB, os opositores e a 'orientação pelo evangelho'

Em 02 de janeiro de 1884, foi organizada, no Rio de Janeiro, a Federação Espírita Brasileira (FEB). À testa dessa empreitada estava o fotógrafo Augusto Elias da Silva, que no ano anterior, já havia criado a revista *O Reformador – Órgam Evolucionista*, que passou a ser o periódico oficial da federação. A FEB se reunia, inicialmente, na residência de seu criador e, após passar por vários prédios alugados, estabeleceu-se em sede própria em 1911, onde permaneceu até 1967, quando ocorreu a mudança para Brasília.[11]

A primeira diretoria da FEB era composta pelo major Ewerton Quadros, como presidente, ladeado por Manoel Fernandes Figueira, João Francisco da Silveira Pinto, Augusto Elias da Silva e Francisco Antônio Xavier Pinheiro, atuando nas funções de vice-presidente, secretário, tesoureiro e arquivista, respectivamente (SOUZA, 1984). A respeito da orientação seguida por essa diretoria, que perdurou até 1888, pode-se afirmar que sua função principal foi dotar a Doutrina Espírita de uma instituição capaz de representar e divulgar o movimento em âmbito nacional, sobretudo, por meio da edição dos livros de Allan Kardec e da circulação de *O Reformador*, bem como, a assistência aos necessitados através, principalmente, da atividade terapêutica, como expressa a revista da FEB em matéria de 1884:

> Ninguém já ignora que existem indivíduos... que, sem nunca ter aberto um livro de medicina, espantam-nos com a precisão e o acerto com que descrevem os sofrimentos daqueles que lhes são apresentados e, muitas vezes mesmo, sem que se dê tal apresentação, somente à vista do nome e idade do enfermo; indicando juntamente os meios de cura que, seguidos, têm sempre produzido benéficos resultados, mesmo nos casos mais desesperados (GIUMBELLI, 1997: 76).

Não obstante ter constituído uma agremiação federativa nacional e ser uma prática eminentemente de pessoas letradas e oriundas das classes médias urbanas, o Espiritismo

[11] A FEB foi considerada pelo presidente Juscelino Kubitschek uma instituição de utilidade pública, fornecendo-lhe um terreno para que ela pudesse transferir sua sede, se assim o quisesse, para a nova capital federal (SOUZA, 1984).

não deixou de enfrentar muitos opositores nas primeiras décadas de seu desenvolvimento no Brasil. Muito pelo contrário, agora, pela função representativa que a FEB exercia, tinha, também, de responder pelas ações das pessoas que agiam em nome do Espiritismo. Já em 1890, a FEB se viu às voltas com autoridades judiciais, quando o Código Penal de 1890 – primeira formulação das leis republicanas –,[12] passou a criminalizar o Espiritismo, como se prescreve no artigo 157 do referido código:

> Praticar o espiritismo, a magia e seus sortilégios, usar de talismãs e cartomancias, para despertar sentimentos de ódio ou amor, inculcar cura de moléstias curáveis ou incuráveis, enfim, para fascinar e subjugar a credulidade pública:
> Penas – de prisão celular de um a seis meses, e multa de 100$00 a 500$00.
> Parágrafo 1º Se por influência, ou por consequência de qualquer destes meios, resultar ao paciente privação ou alteração, temporária ou permanente, das faculdades psíquicas:
> Penas – de prisão celular por seis anos, e multa de 200$00 a 500$00.
> Parágrafo 2º Em igual pena, e mais na de privação de exercício da profissão por tempo igual ao da condenação, incorrerá o médico que diretamente praticar qualquer dos atos acima referidos, ou assumir responsabilidade deles (GIUMBELLI, 1997: 79).

Da mesma forma, os artigos 156 e 158, que estavam inseridos do título "Dos crimes contra a tranquilidade púbica" e mais especificamente no capítulo "Dos crimes contra a saúde pública", também enquadram práticas utilizadas por espíritas em sua terapêutica, a saber: a homeopatia, o magnetismo, o hipnotismo ou qualquer ofício denominado de curandeirismo – que consistia, consoante à legislação em questão, "(...) em ministrar ou prescrever, como meio curativo, para uso interno ou externo, e sob qualquer forma preparada, substância de qualquer dos reinos da natureza (...)"(GIUMBELLI, 1997: 80). Assim, defender o Espiritismo do enquadramento entre os crimes de consequências públicas, foi uma grande prova que a recém-criada FEB precisou enfrentar durante os anos seguintes, advogando, por exemplo, em defesa de médiuns receitistas, que por atuarem nas práticas espíritas criminalizadas, estavam sendo perseguidos pela justiça.

Entre 1895 e 1900 a presidência da FEB era exercida pelo médico e político Adolfo Bezerra de Menezes. Filho de família católica e conservadora do interior do Ceará, Bezerra de Menezes erradicou-se na capital do país para estudar medicina. Após se converter ao Espiritismo, ganhou prestígio nesse meio, fornecendo à doutrina dos espíritos contornos que serviriam para reconfigurar a referida crença em terras brasileiras, incentivando a aproximação ao cristianismo de vertente católica. Ao falecer em março de 1900, deixou

[12] O código Penal de 1890 foi instituído pelo decreto 847 de 11/10/1890, portanto, anterior à Constituição Federal, que data de 24/02/1891.

como herança a condução da doutrina espírita baseada, antes de tudo, na caridade. Ratificava-se, assim, a "orientação pelo evangelho" que se mantém como roteiro dos dois presidentes seguintes: Leopoldo Cirne e Aristides Spínola (SOUZA, 1984). Dos três objetivos declarados pela FEB nos estatutos de 1902, quais sejam: estudo e propaganda, filiação de grupos e promoção da caridade, este foi sem dúvidas, o mais enfatizado. O problema, como registrou com pertinência Emerson Giumbelli, "(...) é que a 'caridade' de uns era a infração que outros tinham de coibir, fazendo com que os 'desinteressados' serviços da FEB dessem causa a três processos criminais instaurados nos anos de 1904 e 1905" (GIUMBELLI, 1997: 129).

A tática da defesa nesse processo não foi somente inocentar os médiuns receitistas que infringiram a lei consoante ao artigo 157 do Código Penal de 1890, mas de descriminalizar a prática mediúnica como um todo. E, após a conclusão dos casos com a absolvição dos réus – diretoria da FEB e médiuns –, a defesa chegou a formar que a acusação era apenas "(...) pretexto para perseguição contra a mediunidade" (GIUMBELLI, 1997: 175). A ideia de perseguição contraposta ao princípio de liberdade religiosa presente na Constituição Federal de 1891, permeia toda a argumentação da defesa.[13]

A absolvição no tribunal foi saudada pelos espíritas como "triunfos para o Espiritismo" e evidência da legitimidade de suas práticas. A partir desse momento, a FEB aproveita para converter a vitória contra a justiça em capital simbólico[14] capaz de alçá-la a um patamar de modelo institucional e doutrinário a ser seguido por todas as agremiações espíritas do país. No centro desse modelo estava a prática da caridade – categoria de amplo escopo que abrangia, para o espírita, desde a doutrinação de um espírito sofredor – ou obsessor, segundo a crença espírita – até a distribuição de pequenas quantias de dinheiro e de porções de alimento e roupas, passando, também, pela cura dos enfermos através da mediunidade receitista (GIUMBELLI, 1997:180).

Nas décadas que se seguem a esses acontecimentos, a FEB continua a arrogar para si a exemplaridade ao que concerne à identidade que o Espiritismo deveria assumir no Brasil. Contudo, novos conflitos emergem do cenário tenso dos anos 1920, 1930 e 1940, de modo a atingir a constituição do campo religioso espírita em formação.

Em primeiro lugar, o discurso médico e sanitarista não poupou esforços a fim de desqualificar, não só a prática terapêutica espírita associando-a ao que se chamava de curandeirismo, mas todo o sistema de crenças na doutrina kardeciana. Segundo registra

[13] As peças do processo foram publicadas pela FEB em um opúsculo intitulado *As curas espíritas perante a lei*, de 1907 e transcritas em seguida, em *O Reformador*.
[14] Capital simbólico, conforme Bourdieu, é quando se tem um reconhecimento acumulado no decorrer de lutas anteriores e este é utilizado com o propósito de validarem sua atuação atual (BOURDIEU, 2009: 27-79).

Emerson Giumbelli (1997, p. 208) a atuação espírita na ótica dos médicos que a criticavam poderia ser sintetizada da seguinte forma: o diretor da FEB (explorador) atuaria sobre os médiuns (doentes mentais) sugerindo como deveriam agir em relação à população (ignorantes) que buscava assistência e estes, por sua vez, participariam do esquema ao pagarem pelo serviço recebido, gerando assim, o lucro que beneficiaria ao diretor da FEB. Caberia desse modo, à polícia intervir nessa prática qualificada pelas associações médicas e sanitárias como charlatanismo.

O médico João Coelho Marques, chegou a apresentar tese na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, cujo título era *Espiritismo e ideias delirantes*, defendendo que:

> O combate ao espiritismo deve ser igualado ao que se faz à sífilis, ao alcoolismo, aos entorpecentes (ópio, cocaína etc.), à tuberculose, à lepra, às verminoses, enfim a todos os males que contribuem para o aniquilamento das energias vitais, físicas e psíquicas do nosso povo, da nossa raça em formação (ISAIA, 2008: 20-25).

O médico apelava à Liga Brasileira de Higiene Mental e à Igreja Católica para sensibilizarem a opinião pública e os poderes constituídos, chegando a propor uma "Semana antiespirita" à semelhança da então existente "Semana antialcoólica", para mobilizar a sociedade contra esse mal (ISAIA, 2008, p. 20-25). Murilo de Campos e Leonídio Ribeiro publicam em 1931 o livro *O Espiritismo no Brasil* abordando o movimento espírita sob a visão médica e psiquiátrica, e onde se lê que "A prática do espiritismo é um problema de polícia, é crime contra o código penal" (RIBEIRO e CAMPOS, 1931, p. 85). Acrescenta ainda que ao tocante à liberdade de culto exigida pelos espíritas, seria puro silogismo, visto que:

> No Brasil não se pratica absolutamente o espiritismo como religião nem com fim de realizar estudos científicos, como se faz em outros países. O que se vê aqui é uma indústria organizada com esse rótulo para explorar a credulidade pública (RIBEIRO e CAMPOS, 1931: 85).

Soma-se à lista de opositores do Espiritismo a Igreja Católica – que como já foi constatado através da querela entre Teles de Menezes e o Arcebispo da Bahia, anteriormente citada –, que se posicionou desde cedo contra a doutrina de matriz européia, orientando seus fiéis a manterem-se afastados de suas ideias. Essa postura da Igreja, contudo, para uma melhor compreensão da questão, deve ser inserida em um contexto que extrapola os pedidos de médicos psiquiatras preocupados com a "ação delirante" do Espiritismo sobre a população crédula. Como assevera Francisco José Silva Gomes, ao

analisar o conceito de cristandade[15] no Brasil – desde seu estabelecimento no período colonial até sua reconfiguração no contexto social laicista, aconfessional e anticlericalista da recém-instituída República –, "Uma aliança tácita da Igreja e do Estado voltou a ser possível a partir do momento em que burguesia cafeeira passou a dirigir os rumos da República oligárquica" (GOMES, 2011: 33). Dessa forma, malgrado a laicidade preconizada pelo texto constitucional republicano, a separação não se deu de forma efetiva, continuando a Igreja a manter estreita relação com o Estado (GOMES, 1998: 321).

A manutenção do poderio católico no contexto da Primeira República pode ser constatada se levarmos em conta a criação de inumeráveis instituições católicas nos mais diversos âmbitos da vida pública, atuando a partir de instituições explicitamente aconfessionais, a saber: a escola, o partido, a imprensa e as associações operárias (GOMES, 2011: 36). No que diz respeito ao Espiritismo e demais confissões religiosas existentes no Brasil nas primeiras décadas do século XX, as chances de liberdade plena ainda estavam distantes. Quanto ao caso do Espiritismo, especificamente, continuou a ser visto como crime até a reformulação do Código Penal em 1940. Contudo, no ano seguinte, juntamente com templos de cultos de matriz africana, todos os centros espíritas da Capital foram fechados por ordem do governo estado-novista de Getúlio Vargas. A situação prossegue até a Constituição Federal de 1946 garantir ampla liberdade religiosa no país.

Se a estratégia principal da maioria católica brasileira foi unir-se contra o inimigo comum – o Espiritismo –, combatendo-o nas mais variadas frentes, tais como na imprensa e nos discursos jurídico, médico, sanitário e católico, pode-se acrescentar que entre as táticas principais utilizadas pelos espíritas, estavam a hierarquização das práticas mediúnicas, explicitadas na diferenciação entre "alto e baixo espiritismo" e a aproximação do discurso e práticas espíritas a um modelo cristão católico.

Na tentativa de se desvencilhar das perseguições de que vinham sendo vítimas formalmente desde a instituição do Código Penal de 1890, os adeptos do Espiritismo, sobretudo a partir da década 1920, passaram a operar uma distinção entre falsos e verdadeiros espíritas, ou como se popularizou na época, baixo e alto espiritismo. A imprensa espírita e não espírita teve papel fundamental nessa operação, o que levou a se afirmar nas páginas de *O Reformador* que "Hoje, até na imprensa profana já se procura distinguir o verdadeiro do falso espiritismo, já se compreende que a doutrina espírita, como todos os

[15] Para o autor, o conceito de *cristandade* pode ser entendido como "um sistema de relação da Igreja e do Estado numa determinada sociedade e cultura". No Brasil, esse sistema único de poder se expressou de forma efetiva até meados do século XIX, quando vigorou uma *cristandade do tipo constantiniana*, caracterizada por "uma religião de Estado obrigatória para todos os súditos; um regime de união da Igreja e do Estado; a busca de unanimidade religiosa; um código religioso de base, considerado como o único oficial, mas apropriado diferentemente pelos católicos." (GOMES, 2011: 25-38).

demais credos, teorias e ciências, é susceptível de falsificações" (GIUMBELLI, 1997: 229). Essa distinção recolocava o Espiritismo em um patamar diferenciado ao associá-lo ao alto espiritismo em relação ao baixo, que enquadrava as demais práticas mediúnicas, como o candomblé, a umbanda e a "macumba". Assim, se a polícia deveria coibir práticas espíritas tidas como charlatanismo, deveria procurar entre os grupos classificados, doravante, como baixo espiritismo.

A associação entre Espiritismo e caridade, afirmada e reafirmada pela FEB das mais variadas maneiras durante longo tempo, também serve ao propósito de distinguir o alto do baixo espiritismo, aproximando-o da prática da caridade mais ao formato católico. Outra novidade é que a relação entre o "alto espiritismo" e a caridade vem reforçar um discurso estatal preocupado com as questões de assistência social que se estabelece no setor público no último quartel do século XIX, com a criação, no Rio de Janeiro, por exemplo, da Diretoria Geral de Assistência e Higiene Pública, em 1893 (GIUMBELLI, 1997: 244). Entre os anos 1880 e 1930, segundo Emerson Giumbelli, há uma proliferação de associações voluntárias, constando, inclusive, em estatísticas oficiais do Estado. Nesses levantamentos a FEB aparece ao lado da Maçonaria como uma instituição de caráter misto – civil e religiosa –, destacando-se os seus serviços de "assistência moral e médica, física e espiritual, bem como o socorro material". Ambas, Maçonaria e FEB "equivalem-se na sua faina humanitária, porque esquecem, como também a religião católica, toda a dogmática de suas escolas para se preocuparem tão-somente com o aproveitamento máximo de todas as suas dedicações" (GIUMBELLI, 1997: 246).

Vê-se assim, que a benemerência espírita passa a ser reconhecida como de utilidade pública pelo Estado, tal qual a Maçonaria ou a Igreja Católica que praticavam "(...) a caridade segundo os preceitos de seu credo religioso" (GIUMBELLI, 1997: 246). De modo a corroborar o discurso estatal, cada vez mais a prática espírita se estendeu à assistência aos necessitados, de modo que, nas décadas 1930 e 1940, houve uma explosão de entidades espíritas com finalidade filantrópica (GIUMBELLI, 1995-1996).

Considerações Finais

Resultante da tática de diferenciação entre alto e baixo espiritismo, associado à ênfase na prática assistencialista, pode-se observar uma inflexão ao que concerne à desqualificação do Espiritismo no cenário na Primeira República. A configuração que o Espiritismo adquire a partir desse momento vai tornando-o cada vez mais *sui generis* em relação à matriz europeia, o que tornou possível falar-se em "espiritismo à brasileira"

(STTOL, 2004), que entre outras características, evidencia-se a sua conformação ao contexto brasileiro não tão acolhedor às ideias e ações influenciadas por Allan Kardec, ao que concerne sua posição mais científica e filosófica.

Ao levar em consideração a orientação do sociólogo Michel Pollack sobre a construção identitária, pode-se sustentar que a identidade, enquanto produto de uma operação individual é

> (...) o sentido da imagem de si, para si e para o outro, é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros (POLLAK, 1992: 204).

Assim, os próprios espíritas reconhecem que a postura adotada pela FEB permitiu, paulatinamente, o Espiritismo ser alçado a um patamar superior do que ocupava anteriormente, pelo Estado e pela opinião pública, como se pode verificar pelo que se registrou no histórico elaborado por Juvanir Borges de Souza, anos mais tarde:

> Desde cedo firmou-se a Instituição [FEB] na segura orientação de tornar o Espiritismo estreitamente vinculado ao Evangelho, duas etapas da Revelação separadas no tempo mas convergentes e complementares, como sobressai claramente do contexto da Codificação.
> Desta orientação invariável resultou a ênfase ao aspecto religioso-moral imprimida ao Movimento Espírita Brasileiro, sem nenhum prejuízo dos estudos filosóficos e científicos.
> Estamos seguramente convencidos de que a larga aceitação, a benéfica influenciação sobre a sociedade brasileira e o inegável progresso alcançado pelo Espiritismo na Terra do Cruzeiro [Brasil], ao contrário do que ocorreu em outras plagas, especialmente na Europa, foram consequências lógicas do caráter ético-religioso firmemente abraçado e difundido pela FEB, tornando-o característico inconfundível do nosso Movimento (SOUZA, 1984).

É legítimo considerar, a partir da citação acima, que a identidade religiosa espírita, no Brasil, foi moldada em meio a uma intensa disputa com várias instâncias da sociedade brasileira e a conformação que ela apresenta atualmente, deve-se em larga medida, ao reconhecimento do poder difundido pela Igreja Católica no contexto no qual o Espiritismo estava inserido. Como resultado da oposição da qual foram vítimas, os espíritas puderam se enquadrar em um padrão de atuação religiosa já consolidado pelo catolicismo no Brasil e que se disseminava nas mais diversas instituições públicas e privadas no país. Com isso, a vertente científico-filosófica, herdada da França, perdera a disputa pela primazia na

constituição identitária do espiritismo e ficou cada vez mais distante dos horizontes ideológicos e práticas espíritas no Brasil.

Referências Bibliográficas

AUBRÉ, Marion; LAPLANTINE, François. *A mesa, o livro e os espíritos*: gênese, evolução e atualidade do movimento espírita entre Brasil e França. Maceió: Edufal, 2009.

ARRIBAS, Célia da Graça. Espíritas e católicos: "adversários cúmplices" na formação do campo religioso brasileiro. In: *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 10, n. 15, p. 13-38, jan./jun. 2009.

BARROS, Roque Spencer de. A Questão Religiosa. In: Holanda, Sérgio Buarque de. (org). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II, vol. 4. São Paulo: Difel, 1974.

_____. Vida Religiosa. In: Holanda, Sérgio Buarque de. (org). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II, vol. 4. São Paulo: Difel, 1974.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2009.
_____. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

CASSIRER, Ernest. *A filosofia das formas simbólicas (linguagem)*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Artes de fazer. Petrópolis-RJ: Vozes, 1994.

DAMATTA, Roberto da. *A casa & a rua*. Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro, 1997, 103. Disponível em: <http://www.taddei.eco.ufrj.br/AntCom/DaMatta_1997_ACasaeaRua.pdf.> Acesso em 22 ago 2012.

FEB. *O Pacto Áureo*. A unificação em torno da FEB. Disponível em: Disponível em: <http://www.febnet.org.br/blog/topico/geral/pesquisas/>. Acesso em 21/07/2012.

GOMES, Francisco José da Silva. De súdito a cidadão: os católicos no Império e na República. In: *História e Cidadania*. São Paulo: ANPUH/Humanitas, 1998, p. 315-326.

_____. Quatro séculos de cristandade no Brasil. In: *Religião, cultura e política no Brasil*: perspectivas históricas. Carlos André Silva de Moura ... [ET al.], (Org.). Campinas-SP: UNICAMP/IFCH, 2011, p. 25-38.

GIUMBELLI, Emerson. *Em nome da caridade*: assistência social e religião nas instituições espíritas. Rio de Janeiro: Núcleo de pesquisa/ISER, 1995-1996.

_____. O "baixo espiritismo" e a história dos cultos mediúnicos. In: *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 9, n. 19, p. 247-281, julho de 2003.

_____. *O cuidado dos mortos*. Uma história da condenação e da legitimação do Espiritismo. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

ISAIA, Artur Cesar. Loucura Coletiva? In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*, ano 3, nº 33, junho de 2008, p. 20-25.

OLIVEIRA, Marco Aurélio Gomes de. **"***Livres", porém, perseguidos*: o cotidiano das relações entre espíritas e a polícia na cidade do Rio de Janeiro (1930-1950). Monografia do Departamento de História da UFF, Niterói, 2010.

POLLACK, Michel. Memória e identidade social. In: *Estudos Históricos*. Vol. 5, n. 10, Rio de Janeiro, 1992.

RIBEIRO, Leonídio; CAMPOS, Murilo de. *O Espiritismo no Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1931.

SILVA, Fábio Luiz da. *Espiritismo*: história e poder (1938-1949). Londrina: Eduel, 2005.

SOUZA, Juvanir Borges de. *Esforço Histórico da Federação Espírita Brasileira*. Rio de Janeiro: FEB, 1984. Disponível em: <www.febnet.org.br>. Acesso em 12/06/2012.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. Forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Editora 34, 2000.

STOLL, Sandra Jacqueline. *Espiritismo à brasileira*. São Paulo, Edusp/Orion, 2004.

VALLE, Daniel Simões do. *Intelectuais, espíritas e a abolição da escravidão*: os projetos de reforma na imprensa espírita (1867-1888). Dissertação de Mestrado do Departamento de História da UFF. Niterói, 2010.

Recebido em: 04/08/2013
Aprovado em: 20/09/2013